

Estado do Espírito Santo



EDITAL Pregão Eletrônico Nº 000015/2024

PREÂMBULO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 3346/2024 PREGÃO ELETRÔNICO N° 15/2024 TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

ID 2024.051E0700001.01.0009

O PREFEITO MUNICIPAL DE MUQUI, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados encontra-se aberta licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, e do Decreto Municipal nº 113/2023 e demais disposições aplicáveis.

- 1. OBJETO: A presente LICITAÇÃO tem por objeto a aquisição de materiais esportivos (mesa de futmesa oficial e bola de futebol de campo oficial), os quais serão utilizados nos espaços públicos, áreas esportivas e escolas municipais, propiciando, assim, lazer entre os munícipes, a serem pagos com Recurso Estadual, Convênio SESPORT nº 056/2024, conforme especificações constantes do Termo de Referência, deste Edital (ANEXO I), da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.
- 1.2. O quantitativo mencionado neste Edital será adquirido em sua totalidade, devendo ser efetuado em entrega única, utilizando-se assim, o Município, da estimativa prevista.

A presente licitação será realizada na modalidade de pregão eletrônico, de acordo com o arrimado pelo art. 6º, inciso XLI; art. 28, inciso I; art. 29; todos da Lei n.º 14.133/2021, sendo o critério de julgamento "o menor preço", observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

A licitação será realizada de acordo com as regras específicas para o regime de entrega por preço unitário, nos termos do art. 6º, inciso X, da Lei n.º 14.133/2021.

LOCAL, DATA, HORÁRIO, DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

local: portal de compras públicas - <u>www.portaldecompraspublicas.com.br</u> http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>;;

envio das propostas: das 08:30h do dia 04/10/2024, até às 08:30h do dia 17/10/2024.

recebimento de pedidos de esclarecimento até: 23:59h do 14/10/2024.

recebimento de pedidos de impugnação até: 23:59h do 14/10/2024

abertura das propostas: às 08:31 h do dia 17/10/2024.

início da sessão de disputa de lances: às 08h31min do dia 17/10/2024 no site www.portaldecompraspublicas.com.br/>, horário de Brasília - DF.

Todas as referências de tempo observam o horário de Brasília e, desta forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

3 DESCRITIVO DA LICITAÇÃO EM CONFORMIDADE COMO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)



Estado do Espírito Santo



EDITAL Pregão Eletrônico Nº 000015/2024

MODALIDADE: Pregão Eletrônico.

REGIME DE EXECUÇÃO: Aquisição pelo Menor Preço por Item/Valor Unitário.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço;

PRAZO E LOCAL DE ENTREGA: A entrega do objeto deverá ser efetuada de acordo com o endereço estabelecido na Ordem de Compra enviada pela municipalidade, ocorrendo dentro do âmbito municipal, em dias e horários previamente estabelecidos, a critério do setor requisitante, tudo em conformidade com o Termo de Referência. A mesma deverá se dar de forma única, ou seja, efetuada em sua totalidade, devendo ser o prazo para fornecimento do produto de, no máximo, 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de compra pelo fornecedor.

RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas da seguinte Dotação Orçamentária:

Recurso Estadual

Convênio SESPORT nº 056/2024

0012781200042.022 - PROMOÇÃO E APOIO A JOGOS E EVENTOS ESPORTIVOS44905200000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTEFICHA - 00701Fonte de Recurso - 15000000000

4 DOS ANEXOS

Anexo I - Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II - Modelo de Declaração Conjunta;

Anexo III - Minuta de Contrato.

5 DO FORNECIMENTO DO EDITAL

O Edital também está disponível para download no endereço https://muquies.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=34;

Na hipótese de ocorrer fato impeditivo ou alterações as quais impeçam a realização da sessão pública, a mesma será retomada sob aviso, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas.

6 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

- a) Pessoa física;
- b) Empresa em regime de subcontratação, ou ainda, em consórcio;
- c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;
- d) Empresa que estiver sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;
- e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial;
- f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;



Estado do Espírito Santo



EDITAL Pregão Eletrônico Nº 000015/2024

g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 14 da Lei 14.133/2021.

7 DO CREDENCIAMENTO

Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br/; onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento para a sua correta utilização.

Os interessados em se credenciar no Portal de Compras Públicas poderão obter maiores informações na página <u>www.portaldecompraspublicas.com.br</u> http://www.portaldecompraspublicas.com.br; podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimento do Portal ou pelo e-mail <u>falelcom@portaldecompraspublicas.com.br</u> falelcom@portaldecompraspublicas.com.br

É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seus representantes, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar- se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância das mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e,

Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

8 ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereço acima, quando, então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

A fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento. Os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema. Deverão ser observando os itens 9 e 10 deste Edital; relativamente à proposta, os documentos poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública, observando-se as disposições do Artigo 64 da Lei



Estado do Espírito Santo



EDITAL Pregão Eletrônico Nº 000015/2024

14.133/2021.

O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema:

O cumprimento dos requisitos para habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do Edital, como condição de participação.

O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar 123/06, como condição para aplicação do disposto nos itens deste edital.

A falsidade de declaração sujeitará o licitante às sanções legais.

9 DA PROPOSTA DE PREÇOS

O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, com a indicação completa do produto ofertado, incluindo marca, referências e demais dados técnicos (conforme o caso), bem como a indicação dos valores unitários e totais dos itens, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com o timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo se sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.

10 DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, observando o procedimento disposto no item 8 deste Edital.

Habilitação Jurídica:

- a) Registro Comercial no caso de Empresa Individual, ou;
- b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado de documento de eleição de seus Administradores;

REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Federal e c/INSS, ou nos termos da Portaria



Estado do Espírito Santo



EDITAL Pregão Eletrônico Nº 000015/2024

Conjunta PGFN/RFB 1.751/14;

- c) Certidões Negativas de Débito junto as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio do Licitante.
- d) Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

 Atestado da capacitação técnico-operacional, em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou, satisfatoriamente, contrato com objeto compatível com o ora licitado, em características, quantidades e prazos;

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- 1 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 02 (dois) Exercícios Sociais, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, observando que a constituição do balanço patrimonial deve demonstrar o ativo, passivo e patrimônio líquido da interessada;
- 2 O Balanço Patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial do Estado (Sede do Licitante).
- 2.1 No caso do Balanço Patrimonial estiver contido no registro do Livro Diário, deverá anexar juntamente ao mesmo o Termo de abertura e Termo de encerramento do respectivo livro.
- 2.2. Em se tratando de Sistema Público de Escrituração Digital SPED, o mesmo deverá estar acompanhado do recibo de entrega do órgão competente e escrituração contábil digital, juntamente com termo de abertura e encerramento;
- 3 Não será dispensando o Balanço Patrimonial, para as Licitantes na condição de ME ou EPP, vez que a característica do objeto não se enquadra no Art. 3º do Decreto Federal nº. 8.538, de 6 de outubro de 2015, sendo que o fornecimento de bens não é para pronta entrega e não se trata de locação de materiais;
- 3 O Balanço Patrimonial poderá ser substituído pela Certidão Simplificada da Junta Comercial comprovando a condição de ME ou EPP;
- 4 Para as empresas enquadradas como Microempreendedor Individual o Balanço Patrimonial poderá ser substituído pela Declaração de Opção do SIMPLES nos termos da legislação vigente;
- 1 Exigência contida no inciso I, Art. 69, da Lei nº. 14.133/2021;
- 5 Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor do local do principal estabelecimento ou da filial da empresa, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento;
- 6 Certidão Simplificada Emitida pela Junta Comercial da sede do licitante comprovando a existência de capital social no valor igual ou superior a 10% (dez por cento) da contratação;
- 6.1 Para as empresas enquadradas como Microempreendedor Individual, o Capital Social poderá ser comprovado através do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual;
- 10.2. As certidões que não apresentarem data de validade, serão consideradas válidas dentro de período de 60 (sessenta) dias a contar da data da sua emissão.
- 10.3. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o(a) Pregoeiro(a) considerará o proponente inabilitado, ressalvado o disposto nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº. 123/2006.



Estado do Espírito Santo



EDITAL Pregão Eletrônico Nº 000015/2024

DECLARAÇÕES

a) Declaração conjunta em conformidade com o Anexo deste edital.

11 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

No dia e hora indicados no preâmbulo, o Pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante utilização de sua chave e senha.

O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens e campo próprio do sistema eletrônico.

Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis no sistema.

12 DA CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos do Edital.

Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) forem omissas em pontos essenciais;
- c) contiverem opções de preços ou marcas alternativas ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis;
- d) apresentarem preços unitários superiores aos identificado no termo de referência deste edital.

Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

As propostas classificadas serão ordenadas primeiro pelo sistema e o Pregoeiro dará início á fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meiodo sistema eletrônico.

Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

12.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração



Estado do Espírito Santo



EDITAL Pregão Eletrônico Nº 000015/2024

da etapa competitiva, e as seguintes regras:

- a) O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.
- b) O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- c) Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

13 DO MODO DE DISPUTA

 Será adotado o MODO DE DISPUTA ABERTO, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos;

A etapa competitiva de envio de lances na sessão pública, durará 10 (dez) minutos e, após isso será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente pelo sistema, o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinicio da etapa de fase de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico - PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS - www.portaldecompraspublicas.com.br < http://www.portaldecompraspublicas.com.br />;

14 DA NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, interstício para negociação, para que seja obtida melhor proposta.

A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive nova planilha de custos adequada ao último lance ofertado, ou ao valor negociado, conforme o caso, e demais que sejam solicitados pelo Pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo de 02 (duas) horas.



Estado do Espírito Santo



EDITAL Pregão Eletrônico Nº 000015/2024

Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor de referência da Administração.

14.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

15 DA VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

Os documentos de habilitação, de que trata o item 10, enviados nos termos do item 8, serão examinados pelo Pregoeiro e equipe de apoio, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

A(s) beneficiária(s) da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 8.2.2 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação que comprove a sua regularidade, em cinco dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de sua proposta que atenda ao edital.

Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recuso.

16 DO RECURSO

Declarado o vencedor, ou proclamado o resultado sem que haja um vencedor, os licitantes poderão manifestar justificadamente a intenção de interposição de recurso, em campo próprio do sistema, sob pena de decadência do direito de recurso.

Havendo a manifestação do interesse em recorrer, será concedido o prazo de três dias consecutivos para a interposição das razões do recurso, também via sistema, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá motivadamente reconsiderar ou manter a sua decisão, sendo que neste caso deverá remeter o recurso para o julgamento da autoridade competente.

O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Resolvido os recursos eventualmente formulados, ou na inexistência de recurso, o Pregoeiro, fará a adjudicação dos itens objetos da licitação à licitante declarada vencedora, com posterior encaminhamento dos autos ao Prefeito, para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade,



Estado do Espírito Santo



EDITAL Pregão Eletrônico Nº 000015/2024

inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente, que decidirá quanto à contratação.

Após a Homologação da Licitação pela Autoridade Competente e emissão da ordem de compra e empenho o vendedor estará apto a entrega dos produtos nos termos do presente edital.

18 DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

Antes da data fixada para a abertura do pregão, quaisquer interessados poderão:

- solicitar esclarecimentos: via sistema até 03 (três) dias antes;
- formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente através do portal <u>www.portaldecompraspublicas.com.br</u>
 http://www.portaldecompraspublicas.com.br/, ao Pregoeiro, devendo esta ser entregue ao destinatário até 03 (três) dias antes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço de referência são de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do pregoeiro.

Havendo deferimento do pedido de impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24h antes da realização do pregão no sistema e no endereço <u>www.portaldecompraspublicas.com.br</u>http://www.portaldecompraspublicas.com.br/. Caso a circunstância inviabilize a realização do certame, será designado para outra data.

19 DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

O objeto deverá ser entregue em sua totalidade, em um prazo máximo de 15 (quinze) dias, a partir do recebimento pelo fornecedor da Ordem de Compra. O local de entrega se dará dento do âmbito do município de Muqui-ES, em dias e horários previamente estabelecidos, a critério do setor requisitante, com prévia informação no momento da confirmação do pedido, tudo em conformidade com o Termo de Referência.

O recebimento do objeto deste certame não exclui a responsabilidade do LICITANTE, contratado quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pelo Município de Muqui.

Por ocasião da entrega, caso seja detectado que os produtos não atendam as especificações do objeto licitado, poderá a Administração rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando-se a LICITANTE a providenciar a substituição do objeto não aceito, em um prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Os itens a serem entregues deverão ser adequadamente acondicionados, quando for o caso, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.



Estado do Espírito Santo



EDITAL Pregão Eletrônico Nº 000015/2024

Não serão aceitos itens cujas especificações não sejam as descritas, conforme consta do Termo de Referência.

20 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021 com as alterações as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar pequenas irregularidades; sendo que a penalidade de advertência poderá ser cumulada com a penalidade de multa.
- b) deixar de atender aos requisitos de habilitação: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação;
- c) deixar de apresentar os originais ou cópias autenticadas da documentação de habilitação para fins de assinatura do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 05 (cinco) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação;
- d) multa de 10% (dez por cento) quando o atraso for superior ao prazo fixado para entrega, contados da data da solicitação de entrega, configurando-se após esse prazo a inexecução total do contrato/fornecimento, com exceção dos casos fortuitos ou força maior, devidamente comprovado;
- e) A multa a que se refere o item acima incide sobre o valor total do contrato (autorização de fornecimento/empenho) e será descontado de Faturas ou créditos existentes ou recolhida em até 05 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura Municipal, contados da ciência da empresa por carta registrada ou recebimento do e-mail, sob pena de inscrição em dívida ativa;
- f) Nos casos em que a empresa entregar os itens faltantes em prazo superior ao estipulado no edital, após a tolerância de cinco dias, também incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.
- g) as multas a que se referem os itens acima incidem sobre o valor total da contratação e poderão ser descontada de Faturas ou créditos existentes ou recolhida em até 05 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura Municipal, contados da ciência da empresa por carta registrada ou recebimento do e-mail, sob pena de inscrição em dívida ativa, depois de esgotados os recursos administrativos, respeitada a ampla defesa, caso o débito não seja quitado no prazo de sessenta dias;
- h) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, caso haja inexecução parcial do contrato e pelo prazo de 05 (cinco) anos, se houver inexecução total;
- i) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, até que seja promovida a reabilitação, na formada lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- j) Pela inadequabilidade do(s) objeto(s) ou produto(s) entregue o fornecedor dos objetos sujeitar-se-áa multa de 10% (dez por cento) do valor dos objetos entregues inadequadamente.
- Pela inexecução total do contrato ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não previstanos subitens anteriores, será aplicada multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado, comutável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual se for o caso.
- m) Pela recusa do adjudicatário em retirar e/ou assinar o instrumento contratual, este ficará sujeito ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) do valor total da contratação a título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior.
- n) As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão às LICITANTES remanescentes convocadas



Estado do Espírito Santo



EDITAL Pregão Eletrônico Nº 000015/2024

em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.

As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo de forma injustificada.

Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da LICITANTE ou CONTRATADA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 156 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, observados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade, por decisão motivada e fundamentada em processo administrativo.

As penalidades serão registradas no cadastro da CONTRATADA, quando for o caso.

Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Para fins do cálculo do valor da multa, os valores serão atualizados, de acordo com o INPC, ou índice oficial, que venha a substitui-lo.

Esgotados todos os recursos, depois de notificado a LICITANTE ou CONTRATADA para o pagamento da multa, fica esta ciente que incidirão sobre o débito juros legais e correção monetária pelo INPC/IBGE até a quitação definitiva, sendo que após o prazo de sessenta dias, o valor devido será inscrito como dívida ativa municipal.

No registro de preços entende-se por instrumento contratual os documentos previstos no art. 95 caput, da Lei 14.133/2021, conforme abaixo transcrito: "Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I - dispensa de licitação em razão de valor;

II- compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente de seu valor. § 1º Às hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 92 desta Lei."

21 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A participação na presente LICITAÇÃO implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento. Atuarão como fiscais das aquisições cada secretário que será o responsável pela sua solicitação de aquisição.

O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.



Estado do Espírito Santo



EDITAL Pregão Eletrônico Nº 000015/2024

24.3. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro da comarca de Muqui, Estado do Espírito Santo, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

Muqui-ES, 16 de setembro de 2024.

Miguel Montozo Neto Pregoeiro



Estado do Espírito Santo



EDITAL Pregão Eletrônico Nº 000015/2024

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto: Aquisição de Materiais Esportivos / Processo Adm.: 063/2024

VALIDADE DESTE TERMO:

Este termo só terá validade se for acompanhado do pedido inicial para:

Aquisição de Materiais Esportivos - Aquisição de Material Consumo.

1 - DO ÓRGÃO REQUERENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

2 - DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa fornecedora para a aquisição de mesas e bolas de futebol para a prática de "futmesa", que terão uso nas praças municipais, áreas públicas esportivas e escolas do Município de Mqui/ ES.

3- DA JUSTIFICATIVA.

A realização de processo de licitação para aquisição deste objeto se justifica devido a falta de recreação nos espaços públicos e, também, nas escolas do municipais, carentes de esporte, permitindo que haja lazer entre os munícipes e trazendo alegria aos alunos que recebrão o material.

4 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Fonte: 150000000

Ficha: 701

5 - DA ESPECIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS

- Os itens descritos abaixo, deverão ser entregues em um único lote.
- ► Item 01 MESA DE FUTMESA OFICIAL Tampo de Formato irregular As Medidas do Futebol de Mesa O Ponto mais baixo é de 52 cm; ponto mais alto de 73 cm Comprimento com 2,78 m; Largura com 1,70 metros; A mesa aguenta que se suba em cima; Peso suportado 250 kg - Até 2 jogadores podem subir na mesa Material



Estado do Espírito Santo



EDITAL Pregão Eletrônico Nº 000015/2024

- de MDF 15 mm Estrutura Tubo 30 x 30 x 1,20 resistência. Vinil Adesivo Americano espessura de 0,08mm com Impressão Eco solvente Dimensões das Embalagens: 2 embalagens de 1,76 x 1,42 x 0,15m cada Peso: 100 Kg Bruto **APRESENTAR CATÁLOGO DO** PRODUTO; *Quantidade:* 05 unidades; *Valor médio unitário:* R\$ 5,200.00
- Item 02 BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL Composta por 6 gomos Material PU construção ultra-fusion, camara 6 D sistema de forro termofixo, camada interna evacel dupla colagem com tecnologia de capsula sis, Peso 410-450 gramas cincunferência 68-70 cm. APRESENTAR AMOSTRA FÍSICA DO PRODUTO; Quantidade: 20 unidades; Valor médio unitário: R\$ 205,00

6 - DOS LOCAIS DE ENTREGA DOS BENS OU REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os produtos deverão ser entregues de acordo com o endereço estabelecido na Ordem de Compra enviada por esta municipalidade.

7 - DO PRAZO DE ENTREGA OU PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

O prazo de entrega do objeto será em sua totalidade até 15 (quinze) dias, a partir do recebimento pelo fornecedor da Ordem de Compra.

8 - DA GARANTIA

Não serão aceitos itens cujas especificações não sejam as descritas. Constatada a não conformidade com as especificações requeridas, o fornecedor deverá providenciar a substituição/troca no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

9 - DA VIGÊNCIA

12 (doze) meses.

10 - DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

A Secretaria de Esporte e Lazer/ Município, através de seu secretário municipal, indica servidor lotado no almoxarifado, cabendo a esta verificar a execução dos produtos solicitado/contratado, podendo rejeitar em parte ou total aqueles que não tiverem em acordo com as condições previstas neste termo.

Receber os produtos, inspecionar se estão em acordo com as especificações, atestando as NF, e encaminhando ao setor responsável pela formalização do pagamento. A fiscalização que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, inclusive resultante



Estado do Espírito Santo



EDITAL Pregão Eletrônico Nº 000015/2024

de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (Art. 120 da Lei nº 14.133/2021).

11- DO VALOR DA AQUISIÇÃO (ESTIMATIVA)

R\$ 30.100,00 (Trinta mil e cem reais).

12 - DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

Conforme o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, executado o contrato, o seu objeto será recebido definitivamente, pelo servidor ou comissão indicado como unidade fiscalizadora, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

13 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Comunicar à Secretaria Municipal, no prazo mínimo de 05 dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devidacomprovação.
- Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade fiscal.
- Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta decontrato ou nota de empenho.
- Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na realização do objeto.
- A empresa vencedora deverá apresentar catálago e amostra do material para aprovação. Em caso da não possibilidade do envio a empresa deverá enviar fotos/vídeos e a descrição do material, para que a Secretaria de Esporte e Lazer aprove ou não.
- Caso algum item não corresponda ao requerido na solicitação, a contratada deverá providenciar no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da data de notificação expedida pela contratante, a sua adequação, visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021, alterada por legislações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor.

14 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Receber definitivamente os produtos, disponibilizando local, data e horário.
- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos provisoriamente com as especificações constantes da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos



Estado do Espírito Santo



EDITAL Pregão Eletrônico Nº 000015/2024

- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da fornecedora, através de servidor especialmente designado.
- Efetuar o pagamento no prazo previsto.

15 - DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

16- DO PAGAMENTO

- Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente devendo o fornecedor informar o número do banco, da agência e conta bancária, ou através de banco credenciado, a critério da Administração, em até 30 (trinta) dias contados da entrega da Nota Fiscal devidamente atestada.
- A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada ao Fiscal do Contrato ou do responsável pelo recebimento do Bem ou Serviço ou Fornecimento direto. Que deverá receber o Bem ou Serviços nas condições aqui estabelecidas.
- Junto ao atesto será aposta a data e as ressalvas se houver.
- A NF dará origem ao processo de pedido de pagamento que deverá ser aberto em até 05 dias do atesto do recebimento.
- O pagamento será creditado mediante ordem bancária em conta corrente indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de fatura com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no processo.
- O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.
- A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida á CONTRATADA para retificação e reapresentação, interrompendo-se a contagem do prazo fixado no subitem acima que recomeçará a ser contado integralmente a partir de sua reapresentação.
- O pagamento fica condicionado à prova de regularidade fiscal com as fazendas nacional, estadual e municipal, além da Previdência Social e junto ao FGTS (CRF e CNDT).

17- DA MODALIDADE OU DISPENSA

[]-PREGÃO PRESENCIAL
[X] - PREGÃO ELETRÔNICO
[]-PREGÃO COM SRP
[] - DISPENSA



Estado do Espírito Santo



EDITAL Pregão Eletrônico Nº 000015/2024

18-DAS ENTREGAS

As entregas deverão ser realizadas em um único lote.

Muqui - ES, 19 de Agosto de 2024.

Rubens Thiago de Siqueira Secretário Municipal de Esporte e Lazer Portaria nº 038 de 07/05/2024

Lote	Ítens	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00001	1	Lote 00001 MESA DE FUTMESA OFICIAL mesa de futmesa oficial - tampo de formato irregular as medidas do futebol de mesa. o ponto mais baixo é de 52cm; ponto mais alto de 73cm comprimento com 2,78m; largura com 1,70 metros; a mesa aguenta que se suba em cima; peso suportado 250 kg - até 02 jogadores podem subir na mesa. material de mdf 15mm estrutura tubo 30 x 30 x 1,20 resistência. vinil adesivo americano espessura de 0,08mm com impressão eco solvente dimensões das embalagens: 2 embalagens de 1,76 x 1,42 x 0,15m cada. peso: 100 kg bruto. apresentar catÁlogo do produto.		UN	5,000		
00002	1	Lote 00002 BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO bola de futebol de campo oficial - composta por 6 gomos material pu construção ultra-fusion, camara 6 d sistema de forro termofixo, camada interna evacel dupla colagem com tecnologia de capsula sis, peso 410-450 gramas circunferência 68-70cm. apresentar amostra física do produto.		UN	20,000		



Estado do Espírito Santo



EDITAL Pregão Eletrônico Nº 000015/2024

ANEXO II
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
Processo Administrativo Nº 063/2024

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Este estudo técnico preliminar é documento constitutivo da primeira etapa do planejamento da contratação e busca caracterizar o interesse público envolvido. O estudo pretende evidenciar a necessidade, apontando a melhor solução para a administração pública, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação. Além de trazer algumas considerações sobre as regras, que poderão subsidiar a elaboração do Termo de Referência.

2. ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Responsável		
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	Rubens Thiago de Sigueira		

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Prefeitura Municipal de Muqui, através da Secretaria de Esporte e Lazer, busca constantemente trazer aos munícipes atividades esportivas que envolvam a comunidade. Diante do exposto, tem-se a necessidade da aquisição de materiais esportivos que suprirão a necessidade do esporte nas escolas municipais e nas áreas de lazer do Município de Muqui, colaborando com a convivência e fortalecimento de vínculos dos moradores. Por esta razão, torna-se necessária o uso desses materiais.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O objeto pretendido na presente licitação será tomada a média de três orçamentos para a contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais esportivos para a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.



Estado do Espírito Santo



EDITAL Pregão Eletrônico Nº 000015/2024

O levantamento de mercado consiste na analise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. Foi levantado os preços junto ao mercado local e regional.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Diante das alternativas apresentadas pelo mercado, analisando os pós e contras de cada uma delas, entende-se que a melhor solução para a satisfação do interesse público é: Com base no valor estimado e levantamento de mercado entende-se que a melhor opção seja uma licitação, modalidade pregão eletrônico, prezando pela competividade, economicidade e publicidade.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1 Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As estimativas do quantitativo a ser contratado, foram baseadas nos processos de anos anteriores, sendo:

- ▶ Item 01 MESA DE FUTMESA OFICIAL Tampo de Formato irregular As Medidas do Futebol de Mesa O Ponto mais baixo é de 52 cm; ponto mais alto de 73 cm Comprimento com 2,78 m; Largura com 1,70 metros; A mesa aguenta que se suba em cima; Peso suportado 250 kg Até 2 jogadores podem subir na mesa Material de MDF 15 mm Estrutura Tubo 30 x 30 x 1,20 resistência. Vinil Adesivo Americano espessura de 0,08mm com Impressão Eco solvente Dimensões das Embalagens: 2 embalagens de 1,76 x 1,42 x 0,15m cada Peso: 100 Kg Bruto. 05 unidades
- Item 02 BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL Composta por 6 gomos Material PU construção ultra-fusion, câmera 6 D sistema de forro termofixo, camada interna evacel dupla colagem com tecnologia de cápsula sis, Peso 410-450 gramas circunferência 68-70 cm. 20 unidades

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da aquisição é de R\$ 30.100,00. Trata-se de estimativa preliminar do preço para futura contratação menos aprofundada, que foi realizada com base em pesquisa de mercado através de 03 (três) cotações.

O valor estimado da contratação foi elaborado seguindo as regras previstas no art. 23 da Lei Federal



Estado do Espírito Santo



EDITAL Pregão Eletrônico Nº 000015/2024

nº 14.133/21, acompanhados dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculos e dos documentos que lhe dão suporte, com parâmetros usados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, os quais foram utilizados para elaboração do orçamento estimativo.

9. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO

O principio do parcelamento não deverá ser aplicado a presente contratação, tendo em vista que eventual divisão do objeto geraria perda de economia de escala e causaria inviabilidade técnica, pois geraria maior trabalho de fiscalização contratual frente à falta de padronização e uniformização.

10. CONTRATAÇÃO CORRELATADAS OU INTERDEPENDENCTES

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a operacionalização dos serviços podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta. Não existe contratação correlata e ou interdependentes dentro desta contratação.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente contratação está prevista no Plano de Contratação Anual de 2024, e está alinhada com o PPA e a Lei Orçamentária de 2024.

12. RESULTADOS A SEREM ADOTADOS

A providência nas fases de aquisição é de responsabilidade da Comissão Permanente de Contratação, respeitando a Lei 14.133/2021.

As providencias posteriores, ficarão a cargo da Secretaria de Esporte e Lazer, cabendo controlar o consumo e pagamento ao fornecedor.

13. BENEFICIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

Pretende-se contratar os itens descritos no Edital ao menor preço, com a qualidade e especificações garantidas, visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Muqui, suas secretarias e respectivos setores, de forma eficaz e eficiente.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS



Estado do Espírito Santo



EDITAL Pregão Eletrônico Nº 000015/2024

Faz-se necessária a adoção de medidas tendentes a diminuir o impacto que a contratação do serviço em tela ocasionaria. Por tal razão, como diretriz no planejamento da contratação, torna-se imprescindível considerar critérios e praticas de sustentabilidade. Desta forma, a empresa contratada deverá adotar as praticas de sustentabilidade, na execução dos serviços, no que couber.

Uso racional dos recursos:

- A empresa contratada deverá adotar critérios para a aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água;
- A empresa contratada deverá usar equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo, submetendo-os ao fiscal do contrato quando do inicio dos serviços e nas substituições;
- A empresa contratada deverá realizar verificações e, se for o caso, manutenções periódicas nos seus aparelhos elétricos e evitar ao máximo o USP de extensões elétricas;
- Os funcionários encarregados, a partir das instruções recebidas, deverão atuar como facilitadores das mudanças de comportamento de empregados da contratada, esperadas com essas medidas.

15. PRAZO DA CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA deverá observar os prazos contratais para a entrega dos serviços que serão de 12 meses.

16. SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação dos serviços.

17. DA VIABILIDADE

Por se tratar de uma contratação necessária para o andamento das atividades da Secretaria de Esporte e Lazer, declaro viável a contratação.

Muqui/ES, 24 de Setembro de 2024.



Estado do Espírito Santo



EDITAL Pregão Eletrônico Nº 000015/2024

Rubens Thiago de Siqueira Secretário Municipal de Esporte e Lazer Portaria nº 038 de 07/05/2024



Estado do Espírito Santo



EDITAL Pregão Eletrônico Nº 000015/2024

ANEXO III

ANEXO III PREGÃO ELETRÔNICO Nº/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO N°/2024DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº....., com

sede na penas da Lei, e para fins de contrataçã	, através de seu representante legal infra-assinado, DECLARA, sob as ão com o município de Muqui, que:
,	zoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega ssalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a ituação no mesmo documento).
	nidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a ivos para sua habilitação no presente processo, cienteda obrigatoriedade
mesmo e ainda, que possuímos to	es do objeto, e que, concordamos com todos os termos constantes no odas as condições para atender e cumprir todas as exigências de documentação, que está sendo apresentada para fins de habilitação.
que cumprimos com as exigências Previdência Social, previstas em lei e	s de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da em outras normas específicas.
este Município, que o(a) responsável (a) do RG sob nº	qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por legal da empresa é o(a) Sr. (a)
6) que não possuímos nenhum s	ócio, ligado ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Secretários

7) Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Municipais, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o terceiro grau, ou por adoção, bem como

também não possuímos em nosso quadro social, nenhum Servidor do Município.

- 8)A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.
- 9)Cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias.
- 10) que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).



Estado do Espírito Santo



EDITAL Pregão Eletrônico Nº 000015/2024

	le	_de 2024		
Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo)				



Estado do Espírito Santo



EDITAL Pregão Eletrônico Nº 000015/2024

ANEXO IV

ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº/2024

CONTRATO N°/2024					
CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MUQUI, E A EMPRESA , na forma abaixo:					
O MUNICÍPIO DE MUQUI, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Bernardino Monteiro, 96, Centro - Muqui/ES - inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 27.082.403/0001-83, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. Hélio Carlos Ribeiro Cândido, de nacionalidade brasileira, estado civil casado, portador do documento de identidade RG 1347091 SPTC-ES e CPF 074.015.607-12, residente e domiciliado na localidade Fazenda Fortaleza, distrito da Sede, Zona Rural, Muqui - ES, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a Empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede à, com sede à, cep.:, representada neste ato pelo seu responsável legal,, (qualificação), doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta do processo administrativo nº. 3346/2024, que resultou no Edital de Pregão Eletrônico nº/2024, e na proposta vencedora, que integram o presente para todos os fins, firmam o presente Contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:					
CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO					
Constitui objeto do presente Pregão Aquisição de materiais esportivos (mesa de futmesa oficial e bola de futebol de campo oficial), os quais serão utilizados nos espaços públicos, áreas esportivas e escolas municipais, propiciando, assim, lazer entre os munícipes, a serem pagos com Recurso Estadual, Convênio SESPORT nº 056/2024, em conformidade com as especificações do Termo de Referência contido no edital de Pregão Eletrônico/2024.					
CLÁUSULA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas da seguinte Dotação Orçamentária: *Recurso Estadual** Convênio SESPORT nº 056/2024* 0012781200042.022 - PROMOÇAO E APOIO A JOGOS E EVENTOS ESPORTIVOS44905200000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTEFicha - 00701Fonte de Recurso - 1500000000000					
CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR DO CONTRATO O valor global do presente contrato é de R\$ (

CLÁUSULA QUARTA - PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

fornecimento do respectivo produto.



Estado do Espírito Santo



EDITAL Pregão Eletrônico Nº 000015/2024

- 4.1 O prazo para assinatura do Contrato é de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da convocação para esse fim.
- 4.2 O prazo de duração do Contrato terá inicio no dia subsequente à sua assinatura e terá duração de
- 4.4 A entrega do(s) objeto(s) deverá ocorrer em sua totalidade, conforme descrito no Termo de Referência, devendo ser o prazo para fornecimento do produto de, no máximo, 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento pelo fornecedor da Ordem de Compra, de acordo com as informações nela contidas. O local de entrega ocorrerá dentro do âmbito municipal, em dias e horários previamente estabelecidos, a critério do setor requisitante, com prévia informação no momento da confirmação do pedido, onde se atestará o recebimento provisório, na forma do Artigo 140, inciso II, letra "a" da Lei 14.133/2021.
- 4.5 A Contratante poderá solicitar à contratada a substituição do produto em que forem verificadas irregularidades relativas à sua qualidade, ou a complementação em caso de irregularidade relativa às quantidades. Nestes casos, o prazo para complementação e/ou substituição será determinado pela Unidade responsável pelo seu recebimento, conforme descrito no Termo de Referência.
- **4.6** A eventual reprovação dos produtos, em qualquer fase de entrega, não implicará em alteração dos demais prazos contratuais, nem eximirá a Contratada da aplicação das multas contratuais a que está sujeita.
- 4.7 Os prazos de entrega admitem prorrogação, a critério do setor requisitante, devendo ser justificado por escrito e previamente autorizado pelo responsável, desde que ocorra algum dos seguintes motivos:
- a) Alteração das especificações pela Administração Municipal;
- b) Superveniência de fato excepcional e imprevisivel, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de cumprimento do Edital e execução do Contrato;
- c) Aumento das quantidades inicialmente previstas no Contrato, nos limites permitidos pela Lei 14.133/2021;
- d) Impedimento de cumprimento do Edital e execução do Contrato por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração Municipal em documentos contemporâneos a sua ocorrência;
- e) Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração Municipal, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.
- 4.8 Constatada a interrupção do fornecimento, por motivo de força maior, o prazo estipulado no item 4.2 deverá ser prorrogado pelo periodo razoavelmente necessário à sua retomada.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 5.1 Emitir a Nota de Empenho.
- 5.2 Fornecer à Contratada, junto com cópia da Nota de Empenho, todos os elementos que possam ser indispensáveis ao fornecimento do objeto.
- 5.3 Receber definitivamente o(s) objeto(s), disponibilizando local, data e horário.
- 5.4 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos.
- 5.5 Atestar a entrega dos bens/produtos, no que tange a sua qualidade e quantidade, observando as condições estabelecidas neste contrato.
- 5.6 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de servidor especialmente designado.
- 5.7 Efetuar o pagamento no prazo previsto.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



Estado do Espírito Santo



EDITAL Pregão Eletrônico Nº 000015/2024

- 6.1 Fornecer o(s) produto(s) descrito(s) na cláusula primeira deste instrumento contratual, conforme especificados no Anexo do Edital de Pregão Eletrônico nº. ____/2024.
- 6.2 Responsabilizar-se pelo integral fornecimento dos produtos objeto deste Contrato, inclusive no que se referir à observância da legislação em vigor.
- 6.3 Comunicar à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, no prazo minimo de 05 (cinco) dias que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 6.4 Substituir ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, item(ns) em que se verificarem vicios de qualidade e/ou quantidade.
- 6.5 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais ônus necessários à execução do Contrato.
- 6.6 Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.
- 6.7 Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 6.8 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na Minuta de Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - FISCALIZAÇÃO

- 7.1 O acompanhamento e fiscalização para o fiel cumprimento e execução deste contrato, é de alçada do(a) Secretario(a) Municipal gestor(a) da pasta, facultada nomeação de servidor, obedecidos os ditames do Decreto Municipal nº 28/2014. Caberá a responsabilidade de fazer cumprir, rigorosamente, os prazos, condições e disposições deste contrato, bem como comunicar as autoridades competentes qualquer eventualidade que gere a necessidade de medidas de ordem legal e/ou administrativa.
- 7.2 Fica reservada à fiscalização a competência para resolver todos e quaisquer casos singulares, duvidosos ou omissos neste contrato, nas normas e em tudo mais que, de qualquer forma, se relaciona direta ou indiretamente com o objeto deste contrato, garantindo, entretanto, o contraditório e a ampla defesa.
- 7.3 A atuação da Fiscalização em nada restringe a responsabilidade única e integral exclusiva da Contratada, no que concerne à execução do Contrato e as implicações próximas ou remotas, perante o Contratante ou terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução do contrato não implica em co-responsabilidade do Municipio.

CLÁUSULA OITAVA - PAGAMENTO

- 8.1 A Prefeitura Municipal de Muqui ES, efetuará o pagamento à Contratada em até 30 (trinta) dias corridos da apresentação da Nota Fiscal correspondente, devidamente aceita e atestada pelo órgão competente, vedada a antecipação de pagamento, para cada faturamento.
- 8.2 A Nota Fiscal deverá ser apresentada após a expedição do Termo de Recebimento Definitivo pelo setor requisitante.
- 8.3 Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(is), o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) à contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.
- 8.4 A Prefeitura Municipal de Muqui poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer titulo lhe forem devidos pela contratada, em decorrência de inadimplemento contratual ou outras de responsabilidade da contratada.
- 8.5 O pagamento somente será efetuado mediante:



Estado do Espírito Santo



EDITAL Pregão Eletrônico Nº 000015/2024

- a) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, Estadual (do domicilio ou sede da contratada) e Municipal (onde for sediada a empresa e a do Municipio de Muqui, quando a sede não for deste Municipio), através de certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;
- b) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS, através da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;
- c) Prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social INSS, através da apresentação do CND - Certidão Negativa de Débito.
- 8.6 O pagamento será efetivado mediante depósito em qualquer agência bancária da rede bancária indicada pela Contratada.
- 8.7 O CNPJ ou CPF constante do respectivo processo e o CNPJ ou CPF da conta bancária deverão ser coincidentes. Não serão efetuados créditos em contas:
- a) de empresas associadas;
- b) de matriz para filial;
- c) de filial para matriz;
- d) de sócio;
- e) de representante;
- f) de procurador, sob qualquer condição.
- 8.8 É vedada a antecipação de quaisquer pagamentos sem o cumprimento das condições estabelecidas neste Contrato.
- 8.9 Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.
- 8.10 A atualização financeira é admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Administração, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o atraso. É devida desde a data limite fixada no CONTRATO para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela.
- 8.11 Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento poderão ser calculados com utilização da seguinte fórmula:

$EM = N \times VP \times I$

Onde: EM = Encargos moratórios; / N= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; / VP = Valor da parcela a ser paga; / I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

I = (TX/100) / 365

TX = Percentual da taxa anual do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica - IBGE.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

- 9.1 À Empresa que deixar de cumprir as obrigações estabelecidas por este Contrato, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:
- a) Advertência;
- b) Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso;
- c) Multa de 10% (dez por cento) pelo descumprimento do Contrato;
- d) Suspensão para contratar com a Administração;
- e) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública Municipal.
- 9.2- Antes da aplicação de qualquer das penalidades, a Contratada será advertida, devendo apresentar defesa em 05 (cinco) dias úteis.



Estado do Espírito Santo



EDITAL Pregão Eletrônico Nº 000015/2024

- 9.3 A Contratada, durante a execução do Contrato, somente poderá receber 03 (três) advertências, quando, então, será declarado o descumprimento do Contrato, com a aplicação das penalidades cabiveis. A Administração, porém, poderá considerar rescindido o contrato mesmo que só tenha ocorrido uma advertência.
- 9.4 As advertências, quando seguidas de justificativa aceita pela Administração, não serão computadas para o fim previsto no item 9.3.
- 9.5 As advertências, quando não seguidas de justificativa aceita pela Administração, darão ensejo à aplicação das penalidades das letras "b" a "e" do item 9.1.
- 9.6 As multas previstas nas letras "b" e "c" poderão ser aplicadas em conjunto e acumuladas com uma das penalidades previstas nas letras "d" e "e" todas do item 9.1.
- 9.7 A multa moratória será calculada do momento em que ocorreu o fato gerador e não da advertência, estando limitada a 10% (dez por cento), quando deverá ser rescindido o Contrato e aplicada, também, a multa cominatória de 10% (dez por cento). Poderá a Administração, entretanto, antes de atingido o pré-falado limite, rescindir o Contrato em razão do atraso.
- 9.8 A Administração poderá considerar outros fatos, que não o simples atraso na execução do serviço, para entender rescindido o Contrato.
- 9.9- Se o descumprimento do Contrato gerar conseqüências graves para a Administração, poderá esta, além de rescindir o Contrato, aplicar uma das penalidades previstas na letra "d" ou "e" do item 9.1.
- 9.10 Se os danos puderem atingir a Administração Pública Municipal como um todo, será aplicada a pena de Declaração de Inidoneidade.
- 9.11 A dosagem da pena e a dimensão do dano, serão identificadas pela Prefeitura Municipal de Muqui.
- 9.12 Quando declarada a Inidoneidade Contratada, a Prefeitura Municipal de Muqui submeterá sua decisão ao Procurador Geral do Município, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Municipal.
- 9.13 Não confirmada a Declaração de Inidoneidade, será esta considerada como suspensão para contratar com a Administração pelo prazo máximo de 02 (dois) anos.
- 9.14 Poderão ser declarados inidôneos ou receberem a pena de suspensão as empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pela Lei nº 14.133/2021, infringirem a mesma, segundo os artigos 156 e 157 da referida Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O contrato poderá ser alterado, de acordo com o disposto no artigo 124 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - EXTINÇÃO

A extinção do contrato poderá ser determinada conforme casos previstos no artigo 137 da Lei 14.133/2021, dentre eles:

- I não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalicias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
 - IV decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
 - V caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa,



Estado do Espírito Santo



EDITAL Pregão Eletrônico Nº 000015/2024

ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Para os casos omissos será aplicada a legislação que couber, obedecidas as disposições previstas na Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Muqui- ES.

Muqui - ES,	de		de	2024.
-------------	----	--	----	-------

Hélio Carlos Ribeiro Cândido Prefeito Municipal Contratada